

## **ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE BRAGANÇA PAULISTA – COMDEMA – BIÊNIO 2021/2023 – 28 DE ABRIL DE 2022 – ON LINE GOOGLE MEET**

Aos 28 de abril de 2022, com início às **09h15**, realizou-se on-line no aplicativo Google meet, num trabalho home Office devido à pandemia do COVID 19 que o mundo está passando, Reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA – biênio 2021/2023, presidida pelo Presidente, Professor Joaquim Gilberto de Oliveira e com a presença dos Conselheiros e demais participantes relacionados na lista de presença anexa e mencionados a seguir: CONSELHEIROS: Bernardo, Maria Cris, Juliana Alves, Wamberto Antônio Varanda, Gabriela Araújo, Fabio Brunholi, Cleber Caner, Michele Consolmagno, Monique Darrieux, Felipe Del Lama, Adriana Bertolini, Fernanda Franco, Fabiane Furukawa, Joaquim Gilberto de Oliveira, Dilnei Giseli Lorenzi, Paula Trambaiole, Carolina Marques Suppioni, Salvador Markowicz, Taina Mello, Andriana Monteiro, Carol Mourão, Elenice Mouro Varanda, Ana Nascimento, Frederico Pereira de Lima, Marcos Picarelli, Veronica Queiroz, Mauricio Richieri, Priscilla Santana de Moraes, Fabiano A. Sperendio, Daniela Toledo e Carlos Alberto. Abrindo os trabalhos o presidente deu boas vindas a todos e todas e atestando o quórum legal para deliberações abriu a reunião informando a todos que a reunião estava sendo gravada e pedindo que os presentes colocassem o nome e a entidade que representavam no chat para registro da presença de todos e que as pessoas que não faziam parte do Conselho e queriam registrar a presença, também colocar o nome completo para registro em ata. Como primeiro item da pauta o presidente da reunião colocou em votação a ata nona reunião ordinária do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Bragança Paulista- COMDEMA, biênio 2021/2023, que foi aprovada por unanimidade. O presidente destacou a importância da participação de todos. Está sendo feita a distribuição dos pareceres, dos relatórios e dos TACs de uma maneira que todos tenham a oportunidade de receber processos para colaborar com o COMDEMA e participarem efetivamente do processo de avaliação formal que o COMDEMA faz. Ressaltou também a importância de ouvir as secretarias, representantes das comunidades, dos bairros, sindicatos, associações e ongs. Pediu que os participantes resumissem suas falas para que o rendimento seja maior. Em seguida, abriu espaço para os membros da CTPA- Câmara Técnica de Proteção Animal, se manifestarem. Com a palavra a Conselheira Ana Elisa disse que estão com vários problemas, mas acredita que em maio serão resolvidos. Que foi agendada reunião com a promotoria. Que não dá para manter o prazo de 30 (trinta) dias defendido pela Secretaria do Meio Ambiente para resposta de denúncias, quando se trata de animal e vida. Relatou um caso, que já está na promotoria, sobre um animal que foi tirado do seu tutor por maus tratos, levado ao veterinário, devolvido para o tutor pela secretaria e ontem faleceu. Que, o que se pergunta é o prazo da denúncia e qual o acompanhamento feito aos animais devolvidos aos tutores. Que a lei sobre o número de funcionários na DIBEM não está sendo cumprido. O presidente falou sobre a Lei Complementar 740/2012, que dispõe sobre a criação da Divisão de Bem-Estar Animal e dá outras providências. Foi aprovado pela Plenária o encaminhamento de ofício solicitando informações de como se encontra a estrutura administrativa, de recursos físicos, materiais e humanos da DIBEM e quais são as previsões para melhorar a estrutura e dar melhor atendimento não só nos casos de resgate, mas nos casos de fiscalização também. Ana Elisa falou sobre os microchips que

continuam sem resolução para encontrar os donos dos animais e sobre os cavalos que continuam sem solução. O presidente informou que os assuntos também estão na pauta do Ministério Público, existe um procedimento administrativo aberto para ajudar o Conselho e o próprio município na reestruturação da Divisão do Bem-Estar Animal. Ana Elisa comunicou ao Conselho que a cidadã Fernanda Franco passará a fazer parte da Câmara Técnica. Que a Câmara Técnica vai fazer um estudo da Lei 4311/2012, olhar os pontos falhos e na próxima reunião do COMDEMA será encaminhada a análise e depois será à Câmara Municipal e seja corrigido. O Presidente falou sobre a Lei que criou a DIBEM e o Estatuto do Bem-Estar Animal e que após dois anos, se reavalie a estrutura, a legislação e se proponha alterações. Parabenizou a Câmara Técnica de Proteção Animal que é uma Câmara Técnica obrigatória, que tem a função de substituir o Conselho Municipal de Defesa e Bem-Estar dos Animais. Que o Regimento Interno que a CTPA montou, será colocado na próxima pauta para análise, discussão e aprovação. Ana Elisa informou que a CTPA vai participar da reunião com a Sala Verde Pindorama e OAB para elaboração das cartilhas de bem-estar animal. Juliana Alves da Associação S.O.S Animais Excluídos, disse que a associação quando pede ajuda ao Meio Ambiente é ignorada, que é preciso dar apoio. Que com relação aos cavalos, ela é a primeira a correr atrás. Solicitou ajuda do Presidente para marcar uma reunião entre a Associação e o Meio Ambiente. Fernanda Franco agradeceu a todos e disse que é preciso ter um canal direto com o Meio Ambiente. Carolina Mourão informou que o Jorge, Assessor da Secretaria Nádia, vai entrar em contato com a Juliana Alves para agendar a reunião solicitada. Próximo item da pauta, Assuntos de Interesse dos Conselheiros e convidados: Bernardo falou sobre a poluição sonora do Aeroporto. O Presidente disse que o Conselho foi instado pelos moradores do Santa Helena e adjacências e foi criado um grupo de trabalho para acompanhar o licenciamento municipal das atividades do aeroclube. Salvador Markowitz fez uma explanação sobre os problemas com o Aeroporto e Aeroclube e que o grupo de trabalho está esperando resposta do Ministério Público e Secretaria de Planejamento. Monique Darrieux explicou que o aparelho usado para fazer a aferição é o sonômetro, o decibelímetro não é mais aceito pela norma para aferir ruído e que quanto aos parâmetros estão sendo feitos estudos porque o aeroporto possui uma norma específica e para verificar o que a administração pública municipal pode intervir. Que a Secretaria Municipal do meio Ambiente faz parte da Comissão de Gerenciamento de Ruído Aeronáutico, Risco da Fauna e Zona Proteção Aeroportuária que acompanha a atividade do Voa São Paulo. Que a secretaria está zelando pelo conforto acústico. O Presidente sugeriu uma reunião entre o grupo de trabalho e a Secretaria do Meio Ambiente para discutir o assunto e que o grupo de trabalho deve pedir apoio técnico e jurídico dos órgãos de apoio do Conselho Vamberto Antônio Varanda também falou sobre os problemas do aeroporto e que essa troca de informações é muito importante. Gabriela Araújo perguntou sobre o ofício. Elenice Mouro Varanda sobre o assunto do Aeroclube, disse que seria importante que as pessoas que estão no grupo fossem serem mantidas no COMDEMA. Sobre o ofício que o Salvador Markowitz disse ter enviado via e-mail do COMDEMA e a Gabriela Araújo disse que não recebeu, questiona se vai continuar enviando para o COMDEMA ou se vai ser feito da maneira que o Presidente informou. O Presidente informou que o grupo de trabalho não tem e-mail específico e a pedido do Salvador Markowitz o ofício que o grupo criou, seria mandado para o e-mail oficial do COMDEMA e o COMDEMA encaminhasse para os órgãos municipais. Que o ofício foi encaminhado e nenhum órgão respondeu. Elenice Mouro Varanda falou sobre a expansão da Pedreira Jaguari. Que a pedreira produz material para construção civil e o município

tem uma condição problemática de recolhimento dos resíduos sólidos e reaproveitamento deles. Que nos Eco pontos também são despejados resíduos sólidos. Pediu ao Conselho do Meio Ambiente esclarecimento sobre o destino do material do Eco ponto. Indagou sobre a destinação dos materiais recolhidos em dezembro e como estão sendo destinados os de agora. Indagou também se todas as normas exigidas pela resolução 307/2002 estão sendo seguidas pelo município. Pelo presidente foi solicitado que a Conselheira Berenice encaminhasse por escrito todas as solicitações que fez para encaminhamento a Secretaria do Meio Ambiente em nome do Conselho e a Câmara Técnica de Resíduos Sólidos. Que após recebidas as respostas o assunto será debatido na plenária. Sargento Priscila Santana de Moraes informou que junto com a Guarda Municipal e Guarda Civil, foi feita a primeira oficina prática referente a corta fogo. O Presidente solicitou que na próxima reunião informasse sobre as medidas que estão sendo feitas para prevenir e combater os processos de incêndio. Carolina Mourão sobre o assunto aventado pela Berenice, esclareceu que o Edital de Parceria Pública Privada que está na eminência de ser publicado houve a preocupação com os resíduos da construção civil e com os ecopontos. Que está previsto a implantação de novos ecopontos e gestão de triagem, destinação final correta conforme estabelecida pela legislação para os próximos trinta anos. Pelo Presidente foi solicitado que uma cópia do edital fosse encaminhada ao COMDEMA para acompanhamento. Solicitou também a participação da Câmara Técnica de Resíduo Sólidos no acompanhamento do edital. Pelo presidente, complementando a solicitação feita pela Conselheira Elenice sugeriu que na próxima reunião plenária, a prefeitura fizesse uma apresentação de como a Defesa Civil, a Secretaria do Meio Ambiente se preparou e como vai enfrentar o período de seca. Fabiano Sperendio pediu para a Sargento Priscila que o próximo treinamento seja passado a data com antecedência para participação do grupo de combate a incêndio que existe no local. O pedido foi acolhido pela sargento Priscila. Próximo item da Pauta, Análise de Recurso Segunda Instância. O Presidente solicitou que a apresentação do relatório referente ao processo no qual ele é o relator, fosse adiado para a próxima reunião plenária, uma vez que por motivo de saúde não conseguiu finalizar seu parecer. Dando continuidade aos itens da pauta o Presidente fez um relato sobre as demandas que existem com relação a fiscalização ambiental em todas as áreas muito grande pertinentes aos Poder Público exercer o seu poder de polícia e fiscalizar a ocorrência. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente tem uma divisão específica para fiscalização ambiental que é a Divisão de Fiscalização Ambiental, que nasceu junto com a Secretaria do Meio Ambiente. Em conjunto com a Divisão de Fiscalização Ambiental, foi criada a Guarda Civil Ambiental que tem a função de proteger o patrimônio ambiental. Que tem surgido uma demanda muito grande por ações rápidas por parte do município com relação a alguns crimes ambientais ou infrações ambientais que estão ocorrendo. O Conselho tem recebido muitas demandas que exigem uma ação mais ampla. Que não gostaria de abrir espaço hoje para discutir porque a DIBEM não atende o telefone sábado as 03h00 da tarde para socorrer um animal que está sendo vítima de tortura. Que o debate de hoje é saber como está funcionando a fiscalização ambiental? Como está ocorrendo a integração da fiscalização ambiental entre a Divisão de Fiscalização e a Guarda Civil Ambiental e especialmente como a Fiscalização Ambiental tem funcionado fora do expediente normal? Monique Derrieux , informou que a Fiscalização Ambiental hoje, tem um corpo reduzido e semanalmente é programado vistorias noturnas. Não há plantão 24 horas e as demandas noturnas são atendidas conforme chegam. Hoje não é possível atender as demandas de pronto. No caso de flagrante, a Guarda é acionada, se for a Guarda Ambiental ela encaminha para a Secretaria

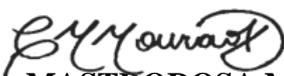
a demanda. Que seria interessante se o COMDEMA pudesse officiar quanto a necessidade dessa fiscalização 24 horas por dia. Que hoje a Secretaria do Meio Ambiente conta com 3 (três) fiscais, mas só dois para fiscalização noturna. Marcos Picarelli disse que durante o dia tem o patrulhamento ambiental e a noite a Patrulha rural. Que a Guarda Ambiental possui 4 guardas com plantão 12 por 36. O presidente falou sobre reclamações de pessoas que ligaram para o 153 ou WhatsApp da Guarda Municipal e foram informadas que naquele dia não havia Guarda Ambiental. Pediu ao Marcos Picarelli que levasse ao Secretario a solicitação do Conselho para melhorar a informação que está chegando para o municípe e ampliação do plantão da Guarda Ambiental. Ana Nascimento perguntou qual o melhor canal para denuncia ambiental, para guarda. Parabenizou em nome da Câmara Técnica e do Conselho Independente, a atuação da Monique Derrieux e equipe pela atuação. O Presidente abriu a palavra aos Conselheiros sobre a criação do GGI Ambiental que faz parte do Plano de Governo da Administração. Maurício Richielli perguntou porque a Base da Policia Militar Ambiental é em Atibaia. Sargento Priscila explicou que foi escolhido aquele local e pediu a inclusão no GGI, do Corpo de Bombeiros. O Presidente disse que a participação no GGI da Policia Militar Ambiental é muito importante. Fabiano A. Sperendio solicitou a inclusão de representantes dos agricultores no GGI. Como nenhum participante foi contrário, o Presidente solicitou aos Conselheiros e convidados que contribuam com o estudo da minuta que será compartilhada através do e-mail que, se construída a tempo, volta na pauta da próxima reunião. Se aprovada, será encaminhada através de processo administrativo, solicitando ao executivo, que se entender razoável, encaminhar ao legislativo uma proposta de projeto de lei para implantação do GGI Ambiental em Bragança. Em seguida o Presidente abriu a palavra aos Conselheiros para considerações finais. O Presidente falou que a reunião extraordinária presencial que houve foi bastante produtiva, emocionante, muitas informações importantes sobre a urbanização urbana, agradeceu a OAB pela presença. Que, o COMDEMA fez história ao entregar pela primeira vez uma moção de aplausos as pessoas que trabalharam por um objetivo comum. Que, compartilhou com os Conselheiros um projeto de lei que está tramitando no Legislativo referente a implantação no município da terapia assistida por animais, da vereadora Camila Marino. Pediu aos Conselheiros que ajudassem a vereadora com informações. A Conselheira Ana Nascimento achou a ideia excelente e disse que Bragança não tem estrutura. Que a Câmara Técnica vai se reunir e enviar ao COMDEMA a manifestação do grupo. Pelo Presidente foi dito que se for o caso, pode pedir a vereadora a retirada do projeto da pauta pelo prazo necessário para análise e ajuda dos Conselheiros. A Conselheira Fabiane Furukawa disse que quanto ao GGI, vai verificar a parte jurídica e tem todo o apoio da OAB. Quanto ao projeto de lei, disse que não se pode criar uma lei impondo ônus para outro que não sabe se são possíveis de serem atendidos. Que a discussão tem que se estender, envolver pessoas da saúde para saber quais os riscos de infecção. Que tem que ser pensado do lado da Unidade de Saúde e qual ônus que isso vai trazer. Que é preciso ter uma noção do todo e também ver até que ponto isso é bom para o animal. Pelo presidente foi dito que já provocou a saúde para que subsidiasse o projeto de lei. A Conselheira Elenice disse que concorda plenamente com o que a Conselheira Fabiane falou e que é preciso pensar nas condições dos animais até chegarem nos hospitais e se colocou à disposição para participar de uma reunião com a vereadora. Ana Nascimento disse que a saúde pública e a defesa do animal foram tema de discussão no grupo e que os hospitais que tem hoje isso, são estruturados e tem espaço pet para visita do animal para seu tutor. Também se colocou à disposição para participar de reunião com a

vereadora. O Tac nº 05 foi distribuído ao Conselheiro Mauricio Richieri para análise. O Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.



**JOAQUIM GILBERTO DE OLIVEIRA**

Presidente do COMDEMA



**CAROLINA MASTROROSA MOURÃO**

Secretária do COMDEMA